

**O TERCEIRO SETOR: NOVOS TEMAS, NOVOS ATORES, NOVOS DESAFIOS PARA
MITIGAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DE RORAIMA***

**THE THIRD SECTOR: NEW THEMES, NEW ACTORS, NEW CHALLENGES TO
MITIGATE GENDER VIOLENCE IN THE STATE OF RORAIMA**

Mônica Montana**

RESUMO: O Terceiro setor, tal como são denominadas as ONGs, entraram num patamar de importância na esfera internacional e social. As questões de violência de gênero, assuntos primordiais a tratar neste artigo, encontram-se estreitamente relacionadas com o papel que algumas ONGs têm desempenhado na esfera pública. A pesquisa, centrada no Estado de Roraima, embora em estágio inicial, encontra-se vinculada ao Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e o Caribe – NECAR – da Universidade Federal de Roraima, correspondendo a pesquisa Pós-doutoral da autora, na linha de Gênero e Políticas Públicas. Abordar-se-á o assunto tomando como base, as teorias feministas das Relações Internacionais e em específico a categoria de análise de gênero. A Escolha do tema e o objeto de análise deve-se aos índices, em notório aumento, de violência contra as mulheres e crianças no Estado de Roraima nos últimos 4 mapas da violência contra a mulher. Espera-se que o estudo, além de trazer informações relevantes, contribua na elaboração e implementação de políticas públicas, de forma integrada na prevenção deste fenômeno social.

Palavras Chave: Terceiro Setor, Feminismo, violência de gênero, Estado de Roraima

* Artigo recebido em: 14.09.2017
Artigo aceito em: 11.12.2017

** Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Brasília, Mestre em Integração Latino Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Bacharel em Relações Internacionais (UFSM) Hidróloga Subterrânea pela Universidade Oriental de Uruguai. Especialista em Gestão de Recursos Hídricos (UFSM). Especialista em Educação Ambiental (UFSM). Licenciada em Administração E. (Universidad de San Buenaventura) Colômbia. Pesquisadora Grupo de Estudos em Capacidade Estatal Segurança e Defesa (UFSM). Desenvolve estudos em Defesa e Segurança Nacional; Integração Regional, Hidropolítica, Segurança Hídrica e Ambiental e Desenvolvimento Regional. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais -NEPDA/UEPB Membro do Conselho Editorial da Revista Acadêmica INTER AÇÃO vinculada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Realiza atualmente Estágio Pós-Doutoral na UFRR. <http://lattes.cnpq.br/3771101571117196>. **Santa Maria – RS. E-mail: monicamontanabr@yahoo.com.**



ABSTRACT: The Third Sector, as NGOs are called, has entered a level of importance in the international and social sphere. The issues of gender violence, the primary issues to be addressed in this article, are closely related to the role that some NGOs have played in the public sphere. The research, centered in the State of Roraima, although at an early stage, is linked to the Nucleus of Comparative Studies of the Amazon and the Caribbean - NECAR - of the Federal University of Roraima, corresponding to the author's postdoctoral research, in the line of Gender and Public Policies. The subject will be approached based on feminist theories of International Relations and specifically the category of gender analysis. The choice of theme and object of analysis are due to the notorious increase in violence against women and children in the State of Roraima in the last 4 maps of violence against women. It is hoped that the study, as well as bringing relevant information, contributes to the elaboration and implementation of public policies, in an integrated way in the prevention of this social phenomenon.

Keywords: Third Sector, Feminism, gender violence, State of Roraima

INTRODUÇÃO

Num primeiro momento serão abordados assuntos relativos às ONGs, num segundo momento se apresenta o enfoque teórico relacionado com as questões de gênero, conforme as abordagens das Relações Internacionais e, por fim, se contextualiza a realidade de aumento da violência de gênero no estado de Roraima, Brasil.

Como é sabido, existe um marcado quadro de violência contra a mulher e as crianças em diferentes regiões do globo. América Latina ingressa como um dos continentes onde os feminicídios e a violência contra a mulher¹ e as crianças são frequentes. De acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (OIG), das Nações Unidas, 2.089 mulheres foram vítimas de feminicídio - a morte intencional de uma pessoa do sexo feminino por motivos relacionados ao fato de ela ser mulher.

Os índices de violência contra a mulher e crianças no Brasil estão em aumento, em 2013 o Brasil ocupava o 7º lugar de países onde mais se mata mulheres no

¹ Um estudo do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, em Genebra (Suíça), indica que mais da metade dos 25 países com maiores taxas de homicídios de mulheres estão na América Latina e no Caribe.



mundo², em 2015 ocupou o 5º lugar. As cifras do Relatório da ONU são reveladoras, pois indicam que o número absoluto de homicídios femininos no Brasil foi de 4.762, no ano de 2013, o que equivale dizer que 13 mulheres por dia foram assassinadas³. Esse comportamento foi corroborado pelos Mapas de Violência contra a Mulher de 2011 a 2015, nos quais se verifica que a região norte apresenta os índices mais altos do país. Nesse quadro, há uma tendência que chama a atenção para efeitos de pesquisa acadêmica e de ação política: o Estado de Roraima apresentou cifras em constante crescimento.

De que modo esse assunto está relacionado ao Terceiro Setor e ao tema que é do nosso interesse? Pode-se dizer que no Estado brasileiro existe um vínculo estreito entre os movimentos feministas da década de 80, do século anterior⁴, com a atuação de ONGs que trabalham a violência de gênero, como será abordado mais adiante.

No início dos anos 1990, as feministas pós-modernas começam a argumentar que os papéis sociais de gênero, seriam construídos socialmente, e estes papéis se diferenciavam por serem produtos histórico-culturais. Borsari et al.⁵, destacam que parte das lideranças e adeptos do movimento feminista no Brasil nos anos 1990, “apresentam uma outra forma de participação, através de Organizações não Governamentais, ou seja, suas reivindicações se apresentam de forma institucionalizada”. Essas autoras afirmam que os movimentos feministas “assumem um caráter institucional, focalizando atividades políticas, voltadas às mais diversas necessidades da mulher, dentre elas o enfrentamento à violência cometida contra a mulher no âmbito familiar e/ou doméstico”.

De fato, essa forma de relação não se deu apenas no Brasil, foi uma tendência mundial. As relações entre movimentos feministas e a institucionalização de ONGs, abordando questões de gênero e violência contra a mulher, é uma resposta que corresponde à importância do tema, à evolução dos debates do problema e ao reconhecimento das ONGs como atores relevantes no contexto internacional. Evidencia-

² Informações disponíveis em: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/100235434/cpi-da-violencia-contra-a-mulher-busca-dados-em-roraima>

³ Informações disponíveis em:

⁴ O movimento feminista brasileiro, na década de 1980, abordava um amplo leque temático, com assuntos relacionados principalmente com a saúde e a violência contra a mulher. Adicionalmente, a sociedade brasileira vivia um momento importante na política e o feminismo contava com aliados em alguns partidos políticos e o movimento feminista se aproximou do Estado (Borsari et al., 2010:10). Essas autoras, citando a Schumacher (2005), destacam que um grupo de feministas paulistas propôs a criação de um órgão específico, responsável pela defesa da cidadania feminina e a implementação de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado.

⁵ BORSARI, Letícia; CASSAB, Antonia. ONGS: o enfrentamento à violência contra a mulher. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2010, p. 10.



se assim que movimentos feministas e ONGs caminham, de certo modo, junto procurando a superação das desigualdades de gênero, raça e classe social. Trazer a diálogo essas questões, têm implicado que os novos paradigmas teóricos sejam mais inclusivos e menos patriarcais, para transformação das relações sociais e o sistema internacional.

1 TERCEIRO SETOR: NOVO ATOR NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Diversas são as transformações sociais e políticas que ocorreram no cenário internacional desde as décadas de 1960. A introdução de novos temas no contexto internacional (escassez de recursos, problemas ambientais, doenças endêmicas, pobreza, sustentabilidade, segurança, violência, gênero, terrorismo, entre outros), veio acompanhada da participação ativa de novos atores além dos Estados, na arena política. Nesse contexto, as ONGs, também conhecidas como –organizações da Sociedade Civil – ou Terceiro Setor, são atores não estatais, de fundamental importância na introdução e discussão de alguns desses novos temas na agenda política⁶.

Atuantes na mobilização organizada de um crescente número de pessoas, entorno a um assunto específico, têm adquirindo um protagonismo internacional e acadêmico de destaque. O mundo das ONGs, tal como assevera Fonseca⁷, “em sua diversidade, não é de fácil compreensão nem sequer para seus próprios componentes”. Trata-se de uma nova forma de organização institucional, um novo ator, além do Estado e do mercado, trata-se de um “terceiro setor, não governamental, não lucrativo e, no entanto, organizado, independente e que tem mobilizado um número crescente de pessoas”.

Graças à sua massiva e ativa participação em determinados temas, algumas conquistas, como acordos internacionais têm se alcançado em diversas áreas, assim como mudanças políticas significativas, um exemplo disso são os acordos internacionais ambientais e a legislação nacional e internacional relativa ao tema, existente na atualidade Montana⁸. Um significativo número de participação das ONGs foi constatado nos fóruns sociais e econômicos, bem como nos espaços de discussão

⁶ Ver a esse respeito Fonseca (2011); Montana (2012).

⁷ FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não Governamentais e a Implementação dos Acordos Ambientais Multilaterais: Entre a participação Formal e a Influência Real. UnB. Tese doutoral. Brasília. 2006, p. 1.

⁸ MONTANA, Mônica. Bacia Amazônica e Hidropolítica: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito. UnB. Tese Doutoral. Brasília. 2012, p. 12.



ambiental e hídrica ^{9 10}. Além disso, as ONGs vêm agindo na conscientização da população em assuntos relevantes de interesse coletivo e na necessidade de organizar-se para ter voz ativa perante o(s) Estado(s) nacionais.

O aumento da participação espontânea e ativa da população e suas organizações em uma multiplicidade de iniciativas, além das esferas do Estado e do mercado, conforme Fonseca¹¹ visa exercer influência nos espaços de discussão, ora na esfera local e nacional, ora na esfera internacional. Isso *per se* indica que mudanças significativas vêm acontecendo no relacionamento entre governo e sociedade, tanto no interior de cada estado-nação como também nas dinâmicas internacionais, no sentido em que o Terceiro Setor é reconhecido cada vez mais como um ator relevante que modifica visões Estado-cêntricas.

A voz de apelo, denúncia ou clamor, por parte desse tipo de novo ator não estatal, indica que estamos diante de um fenômeno onde as ONGs vêm desempenhando um papel relevante na discussão de novos temas locais e/ou transnacionais que afetam a sociedade como um todo. É por conta disso, que as ONGs adquiriram capital importância e notoriedade nas relações internacionais, convertendo-se também, em um fenômeno marcante da contemporaneidade.

Em sua grande maioria, as ONGs se caracterizam por atuarem na defesa dos direitos humanos, dos animais, em prol da ambiência, etc. Interessa destacar que advogam por causas que estremecem a opinião pública causando, muitas vezes, impacto político que se vê refletido em normas e em políticas públicas.

Nas últimas três décadas, embora o problema da violência de gênero seja um fenômeno transnacional e um problema social antigo, esse passou a constituir foco de atenção de algumas ONGs chegando a adquirir, de certo modo, um protagonismo na esfera internacional, vinculado aos movimentos feministas, iniciados nos anos de 1960, nos Estados Unidos.

Sabe-se que nos últimos trinta anos, as questões de gênero¹² e particularmente àquelas referentes ao lugar e ao papel das mulheres¹³ têm adquirido uma

⁹ FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não Governamentais e a Implementação dos Acordos Ambientais Multilaterais: Entre a participação Formal e a Influência Real. UnB. Tese doutoral. Brasília. 2006.

¹⁰ MONTANA, Mónica. Bacia Amazônica e Hidropolítica: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito. UnB. Tese Doutoral. Brasília. 2012.

¹¹ FONSECA, Fúlvio. Op. cit. p. 1.

¹² Ver Runyan & Spike. Global Gender Issues: Dilemmas in World Politics. Second Edition. Arizona. 2011.

¹³ Refiro-me aqui ao à posição e ao papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de mulheres e de homens.



importância significativa no campo local e transnacional, sendo foco de diversos estudos dentro das ciências sociais como um todo.

Todavia, para diversas pessoas incluídos acadêmicos e tomadores de decisões o conceito de gênero é associado somente às mulheres, mas este é muito mais amplo e envolve diversas políticas públicas, muitas delas ligadas à segurança, ao desenvolvimento local e regional dos Estados nacionais¹⁴.

Em resposta à ascensão dos movimentos de mulheres em algumas sociedades ocidentais e à produção de um corpo crescente de literatura analítica com relação à posição da mulher tem havido como salientado por Halliday¹⁵ “um desenvolvimento significativo na agenda e nos conceitos estudados em várias disciplinas acadêmicas”.

O mesmo autor destaca que se isto tem sido especialmente percebido na história e na sociologia, também tem sido evidente na ciência política, na economia e na antropologia e vem adquirindo maior importância na consciência da sociedade como um todo¹⁶.

2 FEMINISMO E GÊNERO

O paradigma feminista, na sua segunda onda¹⁷, introduziu a aplicação do gênero como categoria de análise. Esta vem sendo utilizada na história e na sociologia faz já algumas décadas e, de modo muito recente, no campo das Relações Internacionais e na Ciência Política¹⁸.

O predomínio masculino dessas áreas está relacionado a uma preocupação tardia sobre assuntos de gênero, que refletem, por outro lado, também uma

¹⁴ Ver sobre esse assunto (Scott, 1995); Manual do Desenvolvimento Sustentável.

¹⁵ HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007, p. 161.

¹⁶ Halliday, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007.

¹⁷ Mister é mencionar que embora existam algumas controvérsias entre a perspectiva que encara o feminismo como um movimento, caracterizado por ondas, no campo das RI, sabe-se que o feminismo é catalogado conforme três enfoques, tal como assinalado por Jacke True (2005:221) “*Analytical Feminism, Normative Feminism; Empirical Feminism*. Uma nova vertente, o Feminismo Pós-colonial é abordado por Marchand e Runyan (2011). Esclarecido isso, cabe destacar que os movimentos feministas, dentre suas várias vertentes, comumente caracterizado por “ondas” está, a primeira onda conhecida também como movimento sufragista, caracterizado pela luta das mulheres por direitos políticos, como o direito ao voto e participação como candidatas políticas. A segunda onda seria aquela considerada como um movimento de libertação, luta contra as formas de discriminação sexual, reivindicação de direitos, relações de gênero.

¹⁸ Hallyday (2007:21).



relevância menor dada ao próprio paradigma do feminismo nos debates teóricos das Relações Internacionais¹⁹, os quais vieram a ser considerados com maior atenção, tal como assinalado por Halliday²⁰ e Buzan & Hansen²¹, com o fim da Guerra Fria.

De fato, embora os estudos feministas datem de 1955, o termo gênero fez sua aparição inicial, entre as feministas americanas, nas décadas de 60 e 70, conforme destacado por Scott (1995:35), feministas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Explica o autor que, dessa forma, o termo de certo modo implicava em uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual²².

Importa salientar, que as análises focadas no gênero tomaram relevância prática em finais dos anos 1990, em virtude de se terem convertido em ferramentas críticas para o debate sobre a dimensão social e econômica de homens e mulheres na sociedade, na economia, na política, na história e na academia. Também pelo fato de que através delas é possível executar comparações e explicar relações e estruturas baseadas na subalternidade e no poder²³. Relações estruturais que foram questionadas no marco das teorias críticas, das teorias construtivistas e nos estudos pós-colonialistas, além das próprias teorias feministas nas Relações Internacionais.

É de se notar que a ausência do gênero nos Estudos de Segurança Internacional (ESI), por exemplo, foi uma característica dos marcos teóricos das Relações Internacionais como um todo, assim assinalam Buzan & Hansen²⁴. Autores que também destacam que os escritos sobre gênero, paz e segurança que vieram a se materializar o fizeram, no começo dos anos de 1980, relacionados à pesquisa da Paz, ou seja, um debate em paralelo às tradicionais concepções teóricas da década.

O conceito de gênero, na gramática, é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados²⁵.

¹⁹ Buzan & Hansen (2012:219), manifestam que a ausência do gênero não era uma característica apenas dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) mas das RI como um todo.

²⁰ HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007.

²¹ BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. A Evolução de Estudos de Segurança Internacional. Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional. Editora UNESP. Brasil. 2012.

²² HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007, p 56.

²³ Ver interessante estudo sobre o gênero e o Pós-colonialismo de Marchand & Runyan (2011).

²⁴ BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. Op. cit.

²⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria Útil de Análise Histórica. Revista UFRGS. Porto Alegre, 2009, p. 39.



Para Scott²⁶, o termo gênero veio sendo aplicado para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. É mister destacar que, segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado²⁷. Para além dessa diferença, esse termo enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

As feministas, aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada, trouxeram novos debates sobre a questão de análises relacionadas a gênero.

Para Buzan & Hansen²⁸, o significado de gênero vai além das especificidades sexuais. Eles argumentam que as mulheres “possuem valores diferentes, comportam-se de modo mais cooperativo, favorecem epistemologias holísticas críticas e estão mais interessadas em identificar sistemas alternativos de segurança”.

As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente²⁹.

Concordando com essa perspectiva, é fato que estudos sobre gênero implicam na revisão dos próprios conceitos acerca do papel das mulheres e os homens na atual sociedade. Implica em refletir se os Estados ou a Sociedade Civil, como um todo, estão entendendo a importância de estudos analíticos que incorporem a categoria de gênero para produzir políticas públicas em prol de grupos historicamente considerados marginais e subalternos³⁰.

Conforme³¹ “Nós estamos aprendendo”, escreviam três historiadoras feministas “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”.

²⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria Útil de Análise Histórica. Revista UFRGS. Porto Alegre, 2009.

²⁷ Ver trabalhos de Davis (1975); Scott (1995).

²⁸ BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. A Evolução de Estudos de Segurança Internacional. Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional. Editora UNESP. Brasil. 2012.

²⁹ Scott (1995: p73); (Xavier, 2013).

³⁰ A esse respeito torna-se fundamental a leitura dos trabalhos de Davis (1975) e Marchand & Runyan (2011).

³¹ SCOTT, Joan. Op. cit., p. 73.



As apreciações de Natalie Davis quando aborda o tema dos excluídos³², por exemplo, coloca uma questão relevante a ser considerada sobre a igualdade em matéria de gênero, no sentido de que deveria haver igual interesse pela história tanto dos homens como das mulheres.

Essa autora acredita que não se deveria tratar somente do sexo sujeitado. Assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses, acredita ser necessário compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Davis afirma ser necessário, descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos. Ela manifesta que se trata de encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la³³.

O gênero como categoria de análise foi proposto pelas feministas analíticas, porém, as feministas empíricas, já sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. Fato que veio acontecer e que tem sido especialmente visível desde o fim da Guerra Fria³⁴. O Feminismo Analítico, trata da desconstrução de estruturas teóricas das relações Internacionais, revelando o gênero como um conceito capaz de abordar as assimetrias sociais, assimetrias construídas entre a masculinidade e a feminilidade e entre estruturas de poder³⁵.

A maneira em que se têm atendido as necessidades e as demandas e interesses de mulheres e homens, para erradicar desigualdades de gênero por meio de políticas públicas, possuem regularidades e semelhanças entre alguns países³⁶.

Para autores como Riquer³⁷ e Tarrés³⁸, isso deve-se fundamentalmente ao fato de existir um espaço no qual tem-se construído acordos para avançar na construção

³² Esta autora, aborda desde uma perspectiva metodológica bastante interessante assuntos relacionados aos excluídos. De fato, na obra de Natalie Davis, *Às Margens*, aborda aspectos relevantes acerca das mulheres. Seus procedimentos de trabalho nada convencionais aliados ao uso de uma infinidade de novas fontes foram fundamentais para resgatar o papel social das mulheres do local periférico em que foi lançado pela tradição historiográfica durante tanto tempo, ajudando a consolidar a História das Mulheres enquanto um campo de estudos especializado.

³³ DAVIS Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII* São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 23.

³⁴ Um fator importante, que essa autora assinala com relação às mudanças do cenário internacional é que: *A feminist analysis of security is particularly relevant in light of the events of 9/11 and their aftermath. Beliefs about gender and sexual difference are behind contemporary terrorist acts of violence against the West. The World Values Survey reveals that differences in values/attitudes about gender and sexuality divide Western from the non-Western world.*

³⁵ TRUE, Jacqui. *Theories of International Relations*. SCOTT, Burchill (Org.) 3rd edition. Palgrave Macmillan. New York. 2005

³⁶ VALLE, Ana Maria. *Política Pública, Mujeres y Género*. Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer em el Centro de Estudios Sociológicos del Colegio de México. México. 2013.



de uma perspectiva de gênero que tem sido negligenciada por décadas. Obedece também à própria participação da academia ao incentivar e realizar pesquisa sobre assuntos ligados ao gênero que permitam mostrar realidades sociais que terão de cambiar.

O resgate da importância desses assuntos para o desenvolvimento, por exemplo, tem sido tarefa árdua. Esse espaço rumo à construção de acordos tem-se dado (...) “*en las conferencias internacionales de la mujer y los encuentros feministas latino-americanos y del Caribe*”^{39 40}. A equidade de gênero vem cobrando cada vez mais importância na agenda de política pública internacional e nacional. Trata-se de um componente fundamental no desenho de estratégias para o desenvolvimento de uma localidade ou de uma nação.

O reconhecimento das desigualdades entre os gêneros vem se dando paulatinamente e tem sido fruto de uma extensa e prolongada labor de atores diversos, que provêm das mais variadas esferas e áreas. As ONGs tem sido atores relevantes nas discussões de certas temáticas ligadas ao gênero, ao desenvolvimento e à violência contra as minorias.

Em tal dimensão faz-se necessário destacar que grupos organizados de mulheres, movimentos feministas, comunidades acadêmicas, organismos das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e organismos não governamentais, são apenas alguns exemplos de atores que vêm tomando conta da inclusão de assuntos relevantes acerca do gênero e as políticas públicas. Do mesmo modo, tem havido um movimento global, no qual se percebe o crescimento da cooperação entre burocracia pública e organizações não governamentais (ONGs) nas políticas públicas⁴¹.

Atualmente, muito dos integrantes dos movimentos feministas, tal como assinalado por Borsari et al.⁴², fundaram ou participam das Organizações não Governamentais, principalmente a partir dos anos 90, assumindo o caráter institucional, focalizando atividades políticas, voltadas às mais diversas necessidades da mulher,

³⁷ RIQUER, Florinda. Del Movimiento feminista a la Institución ¿Una historia que aún no puede contarse? Universidad Veracruzana, Cuadernos de la Sociedad Civil No. 10. México. 2005.

³⁸ TARRES. María Luisa. Nuevos nudos y desafíos en las prácticas feministas: los Institutos de las Mujeres en México. Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública, núm. 5, pp. 5-27 Universidad Central de Chile Santiago, Chile. 2006

³⁹ RIQUER, Florinda. Op. cit.

⁴⁰ TARRES. María Luisa. Op. cit.

⁴¹ Ver a esse respeito Salomón (2006) Government-nonprofit relations from an international perspective

⁴² BORSARI, Letícia; CASSAB, Antonia. ONGS: o enfrentamento à violência contra a mulher. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2010



dentre elas o enfrentamento à violência cometida contra a mulher no âmbito familiar e/ou doméstico.

Desta forma, as últimas décadas têm sido marcadas pela aproximação entre os movimentos feministas e as ONGs feministas, não apenas na busca pela superação das desigualdades de gênero, raça e classe social, mas porque há uma tendência que busca introduzir o diálogo analítico com os velhos paradigmas de subalternidade social e econômica, estruturas hierárquicas e patriarcais.

Com todo o anteriormente exposto, buscou-se mostrar que os novos temas e os novos atores, estão procurando a introdução de assuntos e a transformação de “Ro” da mulher para a transformação da sociedade. Além disso, está-se buscando garantir proteção e segurança como parte fundamental da ação do Estado, qual é garantir a integridade da sua população. A seguir, será abordado o assunto da Violência de Gênero no Estado de Roraima.

3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DE RORAIMA

O levantamento de dados acerca das desigualdades sociais e econômicas entre gêneros, assim como o levantamento de dados acerca da violência de gênero, que afeta majoritariamente às mulheres, é uma tarefa relevante não apenas no processo diagnóstico de um problema, mas fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Nesse caminho as ONGs têm desempenhado um relevante papel, na medida em que a sociedade civil, por meio das organizações não governamentais, cria um espaço de diálogo entre a sociedade e o Estado para debater assuntos que afetam a coletividade como um todo. Tal como supracitado, esses atores têm se tornado relevantes na defesa de direitos humanos, no cenário internacional e local e, por outro lado, as ONGs têm atuado como atores de pressão e denuncia de situações críticas das minorias ou excluídos, como é o caso específico das denúncias contra a violência de gênero que afeta principalmente às mulheres e crianças.

Conforme destacado por Barroso et al.⁴³, as mulheres brasileiras chegaram ao século XXI mais empoderadas e passaram a ocupar cada vez mais espaços na sociedade. No entanto, de uma parte, a ocupação desses espaços não se deu em

⁴³ BARROSO, Milena. MIRANDA, Cynthia; Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. Universidade Federal da Paraíba. 2011.



igualdade de condições entre os homens e as mulheres e, de outra parte, as mulheres são as maiores vítimas de todo tipo de violência física e emocional⁴⁴.

Existe um preocupante quadro de violência contra a mulher e as crianças na região norte do país. O Estado de Roraima é o lugar onde os índices de violência de gênero vêm em acentuado crescimento. Conforme com os dados apresentados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista, que investiga a violência contra a mulher, Roraima era, em 2011, o 13º estado da federação em número de assassinatos de mulheres. Além disso, segundo a relatora da CPI, o Brasil é o 7º país onde mais se mata mulheres no mundo⁴⁵.

Em 2012, segundo o Mapa da Violência, elaborado pelo Instituto Sangari/Ministério da Justiça, o estado de Roraima tinha em média, em 2011, cinco assassinatos de mulheres em cada grupo de 100 mil mulheres, portanto acima da média nacional, que era na época de 4,6. Na capital, Boa Vista, esse índice é de 5,6 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres. Essa cifra posicionava a cidade em 18ª no *ranking* das capitais mais violentas do País nesse tipo de homicídio. Adicionalmente, no Mapa da violência de 2015, ratifica-se que o estado de Roraima superou as cifras de anos anteriores, 15,3 homicídios por 100 mil mulheres, mais que triplicando a média nacional⁴⁶.

Em 2017, no mês de Junho, o Estado de Roraima é indicado pela ONG *Human Rights Watch*⁴⁷ como um Estado onde a violência contra as mulheres não é suficientemente combatido. É assinalado pelo nexojornal, de 26 de junho de 2017, que no estado de Roraima, “não há coleta de dados sobre a quantidade de homicídios de mulheres relacionados especificamente à violência doméstica”. Esse mesmo meio assevera que estudos como o Mapa da violência: Homicídio de mulheres, de 2015, mostram que uma grande porcentagem - superior a 50%, segundo o mapa - de mulheres é assassinada por familiares, em geral parceiros ou ex-parceiros. Igualmente é ratificado que, “entre 2010 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres cresceu 139% no Estado”. Tal panorama, merece ser pesquisado com fins à elaboração e implementação de políticas públicas que contribuam a diminuir essas cifras.

⁴⁴ Sobre esse assunto podem ser revisadas as Estatísticas do IBGE, bem como os informes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista que investiga a violência contra a mulher, do ano 2012.

⁴⁵ Informações disponíveis em: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/100235434/cpi-da-violencia-contra-a-mulher-busca-dados-em-roraima>

⁴⁶ Em 2013, por exemplo, se Roraima apresentou uma taxa absurdamente elevada, de 15,3 homicídios por 100 mil mulheres, mais que triplicando a média nacional, os índices de Santa Catarina, Piauí e São Paulo giravam em torno de 3 por 100 mil, isso é, a quinta parte de Roraima.

⁴⁷ Ver maiores informações em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/22/Quais-fatores-fazem-de-Roraima-o-Estado-que-mais-mata-mulheres-no-Brasil>.



As Políticas Públicas podem ser entendidas como sendo diretrizes norteadoras de princípios e de ações do poder público. Elas se transformam ou se organizam em regras, procedimentos e ações entre o poder público e a sociedade: em outras palavras, são relações/mediações entre atores da sociedade e o Estado.

As Políticas Públicas compõem uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Estas, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos podem contribuir na transformação e/ou (re)construção de uma determinada realidade. Sua articulação com a perspectiva de gênero é recente⁴⁸ e está atrelada a discussões sobre violência estrutural e de gênero em termos mundiais⁴⁹.

Analisando os efeitos econômicos, institucionais, sociais e políticos, os estudos realizados por Barroso e Miranda⁵⁰ comparam os dados de 2011 com 2012 e demonstram que mulheres amazonenses e tocantinenses enfrentam obstáculos para participar da esfera política; recebem salários desiguais para desempenhar as mesmas funções que os homens no mercado de trabalho; e, são as mais atingidas pela pobreza. Essa situação não deve estar muito longe da realidade das mulheres roraimenses. Do mesmo modo, as pesquisas realizadas por Waiselfisz^{51 52}, colocam a Região Norte e suas fronteiras diante de inúmeros problemas que devem ser resolvidos através de políticas públicas mais eficazes para alcançar níveis de desenvolvimento maiores, pois o estado de pobreza das populações as fazem vítimas da violência, do comércio e a exploração humana⁵³.

⁴⁸ ALMEIDA, Tânia Mara C. de e BANDEIRA, Lourdes. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara et. Ali. (ogs.). Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília, Cadernos AGENDE, No. 5, dez/2004.

⁴⁹ A esse respeito pode ser consultado: Desenvolvimento e Gênero no Sul Global. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/system/uploads/publication/a649f53b57e9e4bce03f1d6b07dbd517/file/livro-desenvolvimento-e-genero-web.pdf>

⁵⁰ Barroso & Miranda. Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. Universidade Federal da Paraíba. 2011.

⁵¹ WASELFISZ, Jacobo. Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil 2012.

⁵² WASELFISZ, Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. FLACSO, Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 09/08/2017

⁵³ A região Norte no Mapa da violência (2012) continua com índices alarmantes. Os estados que figuram com as mais elevadas taxas são: Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Belém, Macapá e Palmas, todas da região Norte do país e com níveis acima dos 10 homicídios a cada 100 mil mulheres (Waiselfisz, 2012).



Na esfera do internacional e do local, Barroso et al.⁵⁴, indicam que dados da Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (Pestraf), realizada por ONGs, a partir de um estudo piloto da Organização dos Estados Americanos (OEA), identificaram as rotas para traficar crianças e jovens brasileiras para o mercado de prostituição dentro e fora do país. Esse fenômeno social e transnacional, torna não apenas vulneráveis as fronteiras, mas a boa parte da população, que, já é vulnerável pelas tão marcadas condições de pobreza⁵⁵.

O tráfico internacional de pessoas, como se sabe, é um crime transnacional de difícil solução, e este vem se acentuando nas fronteiras norte do Brasil. No estudo de Barroso et al.⁵⁶, é revelado o uso de pelo menos 14 rodovias federais envolvidas no tráfico de meninas e mulheres; sendo apresentada a região Norte do país com o maior número de rotas (76), seguida da região Nordeste. Além disso, as mulheres da Região Norte também são as que mais morrem em decorrência do câncer de colo de útero, doença que está associada ao HPV (Papiloma vírus). Enquanto no país 6,6% das mortes são causadas por câncer de colo, a proporção na Região Norte é de 15,7%. O risco de morrer por câncer de colo na Região Norte é 2,5 vezes maior do que no Sudeste.

Montana⁵⁷ destacava os problemas de saneamento básico na Região Amazônica, com diversas repercussões na saúde da população e na ambiência como um todo, produto das desigualdades sociais. De acordo com o Inca, a falta de acesso aos serviços de saúde de qualidade, em razão das distâncias na região e das desigualdades econômicas, é um problema a ser enfrentado, junto com a ampliação do Programa Saúde da Família (PSF), cuja cobertura é inferior a 50% na região, conforme assinalam Barroso e Miranda (2011).

O fato de a região norte ser uma das regiões do país que mais carece de investimentos do governo federal traz grandes desafios aos movimentos de mulheres no estado de Roraima, que além de lidar com diversos problemas sociais oriundos do isolamento, dos conflitos de terra, das condições precárias dos serviços de saúde, das elevadas taxas de desemprego, lidam cotidianamente com problemas advindos da feminização da pobreza, da sub-representação das mulheres nos cargos de decisão, da violência (de diversa índole) contra as mulheres e da mortalidade materna.

⁵⁴ BARROSO, Milena. MIRANDA, Cynthia; Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. Universidade Federal da Paraíba. 2011.

⁵⁵ Ver a esse respeito Montana (2012:312)

⁵⁶ BARROSO, Milena. MIRANDA, Cynthia; Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. Universidade Federal da Paraíba. 2011.

⁵⁷ MONTANA, Mônica. Bacia Amazônica e Hidropolítica: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito. UnB. Tese Doutoral. Brasília. 2012.



Como foi visto no início, a seriedade que militância feminista tem adquirido e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições acadêmicas, históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, conferindo novos contornos às políticas públicas. Isso é evidente porque na atualidade se discute de forma mais abrangente e multidisciplinar esses assuntos. Ao mesmo tempo, vêm sendo criados mecanismos de resposta para o combate à violência⁵⁸.

Nessa direção, cabe mencionar os grupos de combate e atendimento às mulheres em situação de violência, sendo pioneiros, tal como assinalado por Barroso e Miranda⁵⁹, “os SOS Corpo de Recife (1978), São Paulo, Campinas e Belo Horizonte (década de 1980)”. Grupos que caracterizaram por manter um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo para a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do Estado.

Uma iniciativa da Assembleia Legislativa do estado de Roraima para a promoção da igualdade de gênero e o direito da mulher, é o CHAME - Centro Humanitário de Apoio a Mulher. Trata-se de um programa subordinado à Presidência da República e está vinculado à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e de Ação Social. Atua em parceria com organizações da sociedade civil e outras instituições públicas ou privadas, sendo seu objetivo dar visibilidade e fortalecimento às ações da Assembleia Legislativa de Roraima para a promoção da igualdade de gênero e direito da mulher, promovendo atendimento e acompanhamento técnico profissional nas áreas psicológicas, jurídicas e social⁶⁰.

O explanado anteriormente, dá indícios acerca da necessidade e importância de estudar esses assuntos, as cifras dos feminicídios são um estímulo para isso. Por outro lado, há indícios das necessidades de articular vozes entre a população (minorias) e o estado. Dá indícios, do papel revelador que as ONGs podem desempenhar nesse cenário, considerando-se que as ONGs, atuantes na Amazônia, em sua grande maioria, tem focado sua atenção em temas relacionados a assuntos de terra, a assuntos indigenistas e também assuntos ambientais. A violência de gênero trata-se de um fenômeno não apenas local, mas global, que possui todas as características sociais, econômicas, políticas e jurídicas para tornar-se foco de pesquisa.

⁵⁸ BORSARI, Letícia; CASSAB, Antonia. ONGS: o enfrentamento à violência contra a mulher. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

⁵⁹ BARROSO, Milena. MIRANDA, Cynthia; Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. Universidade Federal da Paraíba. 2011

⁶⁰ Sobre esse assunto consultar:

<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20316.pdf>



Desse modo, o tema em questão entra a formar parte de uma pesquisa, em estado inicial, que pretende revelar a realidade das mulheres no estado de Roraima, em matéria de segurança (violência e feminicídio. Parte do seu desenvolvimento foca um levantamento documental e bibliográfico dos movimentos de mulheres e dos Organismos de Políticas para Mulheres – OPMs no estado de Roraima para assim compreender os cenários políticos e sociais que se apresentam para a incorporação das demandas das mulheres no Estado e a elaboração de Políticas Públicas.

O estudo poderá apontar a existência de incorporações distintas das questões de gênero nas políticas públicas e poderá mostrar ainda a ausência de uma agenda no estado, que contemple as necessidades específicas da diversidade de mulheres que são demandadas por uma sociedade majoritariamente dirigida desde a perspectiva da masculinidade.

Busca-se levantar informações sobre as especificidades dos problemas vivenciados pelas mulheres roraimenses e identificar em que medida uma atuação organizada por parte delas para a resolução desses problemas, pode também contribuir para o desenvolvimento regional e para a elaboração de políticas públicas mais abrangentes. Reconhecer estas especificidades é condição primordial para a compreensão de que solucionar as desigualdades de gênero é uma prioridade para o desenvolvimento do estado.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido tema de muito debate e disputa na academia, na política, enfim, na sociedade. Entretanto, essa discussão ainda precisa ser aprofundada levando em consideração a perspectiva das mulheres. É nesse sentido que pode se contribuir com o programa da UFRR, trabalhando com novos temas que são desafiadores, já que, na última década, diversos grupos de mulheres da região amazônica, que têm se organizado no sentido de encontrar espaços que contribuam para incorporar às mulheres ao desenvolvimento e à sustentabilidade da vida social, vêm sendo objeto e núcleo de pesquisas acadêmicas.

Espera-se que a incursão nestes temas produza resultados efetivos que permitam incidir no nível das ações políticas, para que estas sejam desenhadas objetivando a igualdade, a qual deve vincular-se e relacionar-se com as demais áreas das ações governamentais, e questionando a ideia de que nas políticas públicas possam existir áreas desvinculadas – ou indiferentes – à condição de gênero. Com isso espera-se que cada ação política tenda a contemplar a condição de gênero, uma vez que a pergunta chave implícita estaria sempre posta: em que medida pode-se modificar a condição de vida das mulheres roraimenses e de que forma isso incide na sua autonomia?

Ou seja, o que se propõe é uma transformação nas relações de gênero que elimine as visões/representações segregadas e discriminadoras associadas ao



masculino/masculinidade e ao feminino/feminilidade. É preciso observar que a finalidade é eliminar as desigualdades, sem, contudo, deixar de valorizar as diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara C. de e BANDEIRA, Lourdes. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara et. Ali. (ogs.). Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília, Cadernos AGENDE, No. 5, dez/2004.

BARROSO, Milena. MIRANDA, Cynthia; Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. Universidade Federal da Paraíba. 2011.

BORSARI, Letícia; CASSAB, Antonia. ONGS: o enfrentamento à violência contra a mulher. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

BRASIL. Senado Federal Secretaria Geral da Mesa Secretaria de Comissões Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista. Brasília. 2013.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20316.pdf>. 2012.

BUZAN, Barry & HANSEN, Lene. A Evolução de Estudos de Segurança Internacional. Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional. Editora UNESP. Brasil. 2012.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007.

DAVIS Natalie Zemon. Nas Margens: três mulheres do século XVII São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Fúlvio. As Organizações Não Governamentais e a Implementação dos Acordos Ambientais Multilaterais: Entre a participação Formal e a Influência Real. UnB. Tese doutoral. Brasília. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Reporte de Mulheres e Homens. 2013.



MONTANA, Mónica. Bacia Amazônica e Hidropolítica: Interdependência Hidrológica, Incipiente Regime Regional e Baixo Conflito. UnB. Tese Doutoral. Brasília. 2012.

NEXOJOURNAL. Matéria: Quais Fatores Fazem de Roraima o Estado que mais mata mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/22/Quais-fatores-fazem-de-Roraima-o-Estado-que-mais-mata-mulheres-no-Brasil>

RIQUER, Florinda. Del Movimiento feminista a la Institución ¿Una historia que aún no puede contarse? Universidad Veracruzana, Cuadernos de la Sociedad Civil No, 10. México. 2005.

RODRIGUEZ, Graciela. Desenvolvimento e Gênero no Sul Global / Organizador Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global. – Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2015.

RUNYAN SISSON, Anne; SPIKE, Peterson. Global Gender Issues: Dilemmas in World Politics. Second Edition. Arizona. 2011.

SALAMON, L. Government-nonprofit relations from an international perspective. In: BORIS, E.; STEUERLE, C. E. Nonprofits and government: collaboration and conflict. 2nd ed. Washington: The Urban Institute Press, 2006. p. 399-435

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria Útil de Análise Histórica. Revista UFRGS. Porto Alegre, 2009.

TARRES. María Luisa. Nuevos nudos y desafíos en las prácticas feministas: los Institutos de las Mujeres en México. Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública, núm. 5, pp. 5-27 Universidad Central de Chile Santiago, Chile. 2006.

TRUE, Jacqui. Theories of Internacional Relations. SCOTT, Burchill (Org.) 3rd edition. Palgrave Macmillan. New York. 2005.

VALLE, Ana Maria. Política Pública, Mujeres y Género. Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer em el Centro de Estudios Sociológicos del Colegio de Méjico. México. 2013.

WASELFISZ, Jacobo. Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil 2012.

_____, Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. FLACSO, Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 09/08/2017.

XAVIER, Isadora. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. Revista Estudos Feministas. UFSC. v.21. n.1. 2013.

